

PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E PRODUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE INFÂNCIA: POR ONDE ANDAM NOSSAS CRIANÇAS?

LOPES, Jader J.M. – UFF – jjaner@uol.com.br

GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07

Agência Financiadora: Sem Financiamento

"Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade. (...) Se a gente cavar um buraco ao pé da goiabeira do quintal, lá estará um guri ensaiando subir na goiabeira. Se a gente cavar um buraco ao pé do galinheiro, lá estará um guri tentando agarrar no rabo de uma lagartixa. Sou hoje um caçador de achadouros da infância. Vou meio dementado e enxada às costas cavar no meu quintal vestígios dos meninos que fomos (...)."

Manuel de Barros

Palavras desenham uma boa trilha por onde avançar na caminhada por territórios de infância. Elegemos como primeiros balizadores palavras que não são nossas. São memórias de infância recolhidas em diferentes espaços no Brasil, percursos abertos por diferentes trajetórias infantis:

Passei minha infância numa casa de dois cômodos, apenas rebocada e chão de concreto. Situava-se num morro, onde havia apenas ela, o resto era um pasto enorme. Meu lugar de convivência social era a escola, onde podia brincar de tudo o que era comum entre as crianças, como de bola, de corda, correr, boneca (...)
(relato colhido no interior de São Paulo)

(...) lá estava eu imersa em um mundo tão humilde, calmo e maravilhoso. Não havia cercas, muros ou coisas capazes de separar os vizinhos, as crianças. Sempre vivi na zona rural, comendo o que meu pai com suas mãos calejadas e rosto suado, plantava e criava para nos sustentar.
(relato recolhido no interior do Paraná)

Vivi num educandário com cinco freiras e quarenta crianças órfãs de família. Levantava-se muito cedo para ir a escola, tomava-se banho dia sim e dia não, rezava-se o terço todos os dias as 17h00, todos usavam roupas iguais para ir a missa aos domingos e na escola,

sempre em fila dupla e de mãos dadas, para tudo tinha horário certo: café as 7h00 almoço as 12h00, lanche as 15h00, jantar às 18h00, dormir às 19h00, sem televisão. Tínhamos acesso ao pátio aos domingos à tarde, lá tinha um escorregador, balanços e alguns brinquedos.

(relato recolhido no interior de Minas Gerais)

O que mais gostávamos era da pracinha que tinha lá, ali brincávamos de tudo e encontrávamos todas as crianças da rua, que lugar maravilhoso, tínhamos todo tempo do mundo (...)

(relato recolhido na área metropolitana do grande Rio de Janeiro)

As memórias acima pertencem a professoras. Foram recolhidas ao longo da atividade docente na formação de professores. Ao rememorarem suas infâncias elas demonstram os diversos feixes culturais que deram, e dão, significado às suas vidas de criança. Sobre esses feixes constituíram suas singularidades e experiências coletivas.

Suas falas desvelam lugares como “casa”, “escola”, “pasto”, “pracinha” e “pátio”. De suas narrativas emergem expressões tais “cerca e liberdade”, “horário certo” e “todo o tempo do mundo”. Essas falas remetem à arranjos sociais que elaboram lugares e demarcam territórios nas relações estabelecidas entre o mundo adulto e o mundo das crianças. É a partir desses arranjos que constituíram suas diferentes histórias e geografias.

Partindo dessas idéias inferimos que toda criança nasce num certo momento histórico, num certo grupo cultural, num certo espaço, onde estabelece suas interações sociais e constrói sua identidade. Segundo Lopes & Vasconcellos (2006):

“toda criança é criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar de criança, um lugar social designado pelo mundo adulto e que configura os limites da sua vivência; ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro do local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias” (p.39)

As crianças, ao apropriarem-se desses espaços e lugares, reconfiguram-nos, reconstroem-nos e, além disso, apropriam-se de outros, criando suas territorialidades, seus territórios usados. Para Santos (2002, p 10) território usado seria o chão mais identidade: “O território não é apenas conjunto dos sistemas de coisas superpostas. O território tem que

ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais identidade”.

Na produção das paisagens, as convergências e divergências de diferentes grupos presentes na sociedade dão materialidade a diversos territórios. Existem, portanto, diferentes atores que se embatem na produção do espaço e que ao imprimirem suas marcas constituem seus territórios sobre a superfície terrestre.

Longe de parecer algo simples e estável, diferentes territórios podem se amalgamar, se sobrepor, se cruzar, se diferenciar, revelando muitas vezes conflitos de diversos grupos sociais em suas espacialidades e, implicitamente, o destino esperado para seus diferentes sujeitos.

Haesbaert (2004) explicita que a diversidade conceitual sistematizada ao longo da constituição da palavra território serve de indícios para desvelar o jogo de interesses aí presente. O autor atenta para origem latina do termo: “(...) *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (...), como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa” (p.32). Ao desdobrar a noção do “*jus terrendi*” romano, comenta que este se confundia com o “direito de aterrorizar” e declara a grande proximidade etimológica presente entre terra-territorium e terreo-territor.

Essa acepção acabou por constituir-se, inicialmente, uma perspectiva tradicional e materialista, calcada nos recursos naturais presente em um determinado espaço; onde o território teria, necessariamente, uma aproximação com suas bases físicas e que associadas a outros atributos (como as atividades políticas, por exemplo) estabeleceriam a existência de três dimensões que o identificaria: dominação, área, limite.

A íntima associação entre território e política remete-se, inevitavelmente, para a associação entre território e estado-nação, que seria a marca fundamental da organização espacial do mundo moderno. A superfície terrestre seria um contíguo encontro de diferentes estados-territórios, delimitados por suas fronteiras e limites, gerenciados por seus governos e legislações, organizados a partir das interações econômicas, comerciais ou políticas, que estabeleceriam uma ordem mundial. Essa ordem variaria no tempo, definidas a partir das amarrações geopolíticas e determinadas com a emergência de diferentes pólos de poder.

Esse modelo de organização territorial também se faria presente em outros níveis ou dimensões do espaço, repetindo-se o padrão em diferentes escalas, como a de estados internos ou províncias de um país, ou núcleos urbanos formalizados como território a partir de suas prefeituras e câmaras municipais.

Os processos identitários seriam responsáveis pela coesão interna das fronteiras, a partir de estabelecimento de regras, símbolos, linguagens e visões de mundo comuns. Esses implicaria a demarcações de alteridades, constituindo limites entre diferenças, reforçados pela diversidade existente nos demais territórios, o que tornaria possível o processo de territorialização, de identificação e o sentido de pertencimento para todo o grupo. Nessa perspectiva, muitas vezes, a idéia de identidade cultural se encontraria com a de identidade nacional, estadual ou até mesmo municipal, dependendo da escala de interesses envolvidas.

Lefebvre (1978) aponta a importância do estado, especialmente o estado capitalista, como um dos agentes hegemônicos na produção do espaço, organizado segundo a lógica do capital, gestado para sua reprodução e manutenção, se estenderia também no plano das representações.

Apesar da associação entre identidade e estado-nação, tal acepção não pode ser reduzida a esse estreito encontro, pois a elaboração de identidades nem sempre está colada à de um território oficialmente existente; há processos de rupturas, distanciamentos e diferentes inserções nos espaços.

A produção do espaço envolve, portanto, a produção de diferentes territórios, que se encontram, se sobrepõem, se divergem e que existem em diferentes escalas e características, indo desde os territórios oficialmente estabelecidos, como as fronteiras nacionais, estaduais e/ou municipais às configurações subjetivas dos diversos grupos que nelas habitam.

Os territórios têm, assim, em suas materialidade um caráter semiótico na medida em que se estabelecem como símbolos, e devem ser analisados como uma teia de significados que ao ser construída por um determinado grupo social, também o constrói.

Haesbaert e Limonad (1999, p. 10) sintetizam essas idéias ao afirmarem que a noção de território deve partir dos seguintes pressupostos:

. primeiro é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos (...) o segundo é muito mais amplo que o primeiro.

. o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, *natureza*);

. o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que propomos dominar de *consciência*, *apropriação subjetiva* ou mesmo, em alguns casos, *identidade territorial*, e uma dimensão mais objetiva, que propomos denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação política-econômica.

Esse espaço tornado território pelas relações de apropriação e dominação social é consituído ao mesmo tempo por pontos e linhas *redes* e superfícies ou áreas *zonas*¹.

Santos e Silveira (2001), ao analisarem a periodização da produção do território brasileiro, defendem que esta deve ir além das tradicionais marcas de tempo expressas em algumas áreas do conhecimento como economia e história, por exemplo. Os autores afirmam que essas propostas “raramente tomam em consideração a materialidade e o dinamismo do território.”(p.27) e apresentam uma nova organização delimitada por três grandes períodos: os meios naturais, os meios técnicos e o meio técnico-científico informacional.

O período natural é caracterizado pelos tempos da natureza e suas fortes marcas nas ações humanas, marcado pela presença dos diferentes agrupamentos indígenas que ocupavam os diversos espaços das fronteiras que mais tarde estariam delimitando o Brasil. É um período caracterizado também pela chegada e presença dos primeiros europeus e suas ações frente aos ciclos naturais. Segundo os autores, é um período pré-técnico, onde a escassez dos instrumentos artificiais dificultava o domínio da natureza, que demarcava a unidade do território.

O período seguinte é o da presença dos meios técnicos, que deve ser compreendido em suas discontinuidades temporais e espaciais:

A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de “ilhas” que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas

¹ Grifos dos autores.

pré-máquinas e, depois, as técnicas das máquinas –mas apenas a produção - definem o Brasil como um arquipélago de mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos, telégrafo), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico de circulação mecanizada e da industrialização balbuciente, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da região concentrada [o termo região concentrada corresponde a área formada pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul]. No pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação do estabelecimento das ferrovias e uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, com uma significativa hegemonia paulista. (p. 27-8)

O terceiro período, conhecido por difusão do meio técnico-científico-informacional pode ser dividido em duas fases, uma marcada pela revolução das telecomunicações, na década de 70 (do século XX), que rompe os isolamentos e as manchas que o caracterizavam até então, se espalha por todo o espaço brasileiro, mas permanece circunscrito a algumas áreas; e um outro com a globalização que redesenha uma nova geografia, diferenciando-se áreas a partir da presença de variáveis consideradas chaves nessa ótica.

Essa nova etapa de produção do território brasileiro nos leva as reordenações geopolíticas e econômicas do espaço mundial ocorridas nas últimas décadas que disfarçadas sob o rótulo da globalização e da mundialização, são metáforas dos propósitos neoliberais, que buscam se universalizar como concepção ideológica predominante e que levam, portanto, a reordenações nos territórios e na atuação do estado, na valorização (e desvalorização) de outros agentes na produção do espaço, como as corporações econômicas (sejam locais ou internacionais), as organizações não governamentais (ONGs), os diferentes movimentos sociais, os sindicatos, as instituições e outros.

Associando as idéias expressas à produção dos territórios de infância, podemos afirmar que a produção da infância e suas culturas se dão, em cada sociedade, num espaço de negociação entre as culturas das crianças e dos demais sujeitos presentes no ambiente em que essas se encontram. Sarmiento (2004, p.16) afirma que as “culturas da infância exprimem a cultura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das

culturas adultas, ao mesmo tempo que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo.”

Lopes & Vasconcellos (op. cit.) expressam que na formação das culturas infantis ocorre, também, a configuração das territorialidades infantis, pois nela está presente às interações entre os lugares destinados às crianças pelo mundo adulto e suas instituições e das territorialidades de criança. Esses autores afirmam que a Geografia da Infância é o campo de reflexão de todas essas dimensões, pois a “principal característica desse recorte é, exatamente, trazer a tona à impossibilidade de falar de infância sem identificar na produção desta o imbricamento com a questão da produção do espaço, dos lugares e territórios”. (p.40)

Ao partirmos da perspectiva que os territórios de infância são espaços de conflitos e embates de diferentes forças sociais que buscam coabitar as crianças para suas áreas de atuação, estamos afirmando que essas interações sofrem rupturas, modificações e novas aproximações na medida em que ocorrem novos re-arranjos no espaço-tempo das sociedades. É nessa perspectiva que buscamos compreender como os territórios de infância estão se configurando em tempos de uma nova organização do capital. Quais os projetos de infância dos diferentes agentes que produzem? Como as crianças percebem e vivem esses espaços? E, finalmente, o espaço escolar se constitui como um território de infância?

É nas fronteiras dessas questões que essa pesquisa se insere. O seu objetivo central, portanto, é buscar compreender e mapear os territórios de infância e suas interfaces com a produção do espaço brasileiro, a partir da ótica dos diferentes agentes produtores do espaço e na de ótica das próprias crianças, que também são, elas mesmas, agentes nesse processo.

Para atingir seus objetivos esse projeto apresenta uma amplitude que nos faz trabalhar com diversas fontes, sujeitos e etapas de pesquisa, entre elas destacamos: a busca documental que pretende levantar os diferentes territórios de infância pensados e gestados ao longo da história brasileira e fornecer subsídios para um diálogo com os projetos contemporâneos; entrevistas, análises de projetos, documentos, estratégias e ações implementadas ou não, onde buscaremos mapear os espaços de infância na perspectiva dos diferentes agentes produtores do espaço (poder público, setor privado, organização não governamentais, entre outros) e na perspectiva das próprias crianças.

As cidades escolhidas para o seu desenvolvimento foram: Niterói, Santo Antônio de Pádua, ambas localizadas no estado do Rio de Janeiro e Juiz de Fora, situada na Zona da Mata de Minas Gerais.

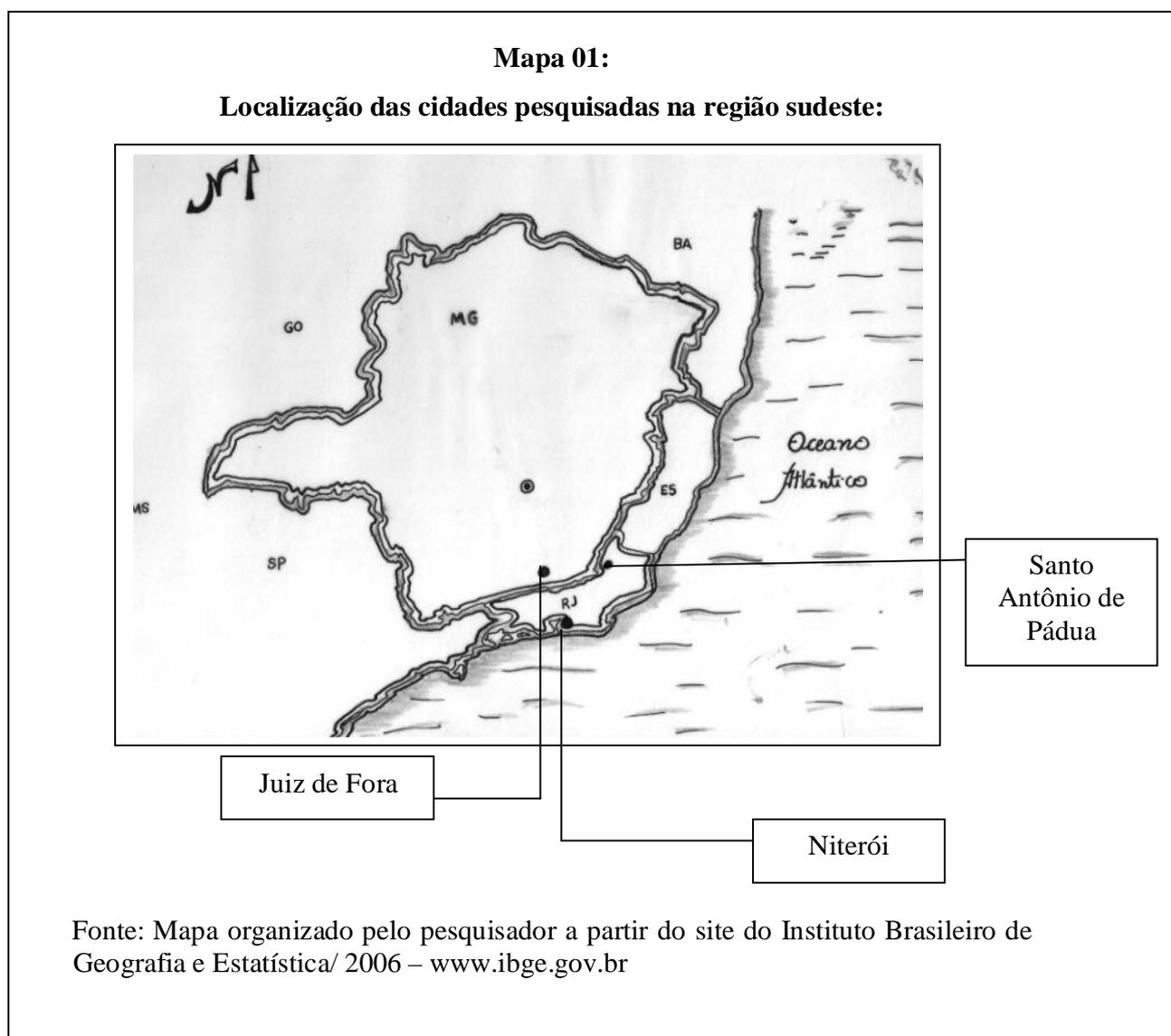
O quadro 01 apresenta um resumo comparativo entre as três cidades e o mapa 01 suas localizações aproximadas na região sudeste do Brasil:

**Quadro 01:
Dados Gerais das Cidades Pesquisadas**

Cidade	População residente em 2001/População estimada em Julho de 2005 (em habitantes)	Pessoas residentes - 0 a 3 anos/ 4 anos em 2001 (em habitantes)	Pessoas Residentes – 5 e 6 anos/ 7 a 9 anos/ 10 a 14 anos em 2001 (em habitantes)	Índice de desenvolvimento humano (IDH)² (2000)
Juiz de Fora	456.796/ 501.153	27.890/ 7.137	14.668/ 22.360/ 39.179	0,828
Santo Antônio de Pádua	38.692/ 42.078	2.393/ 667	1.285/ 2.002/ 3.376	0,754
Niterói	459.451/ 474.046	24.903/ 5.664	13.126/ 17.998/ 32.911	0,886

Fonte: www.ibge.gov.br

² Utiliza como critério a educação, média de vida ao nascer e a renda per capita. Varia de 0 1: quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento.



O primeiro momento desse trabalho foi a confecção de mapas, tendo como referência central a observação direta dos pesquisadores em campos previamente escolhidos. Observação direta significa o contato estreito entre os pesquisadores e o campo onde ocorreram os trabalhos, sem a presença de intermediários.

Esses mapas permitiram cartografar os principais locais onde as crianças se encontram e concentram nessas cidades e teve como objetivo fornecer subsídios para as etapas posteriores do projeto e a começar responder à pergunta: por onde andam nossas crianças? Como será exposto a seguir.

Crianças na Paisagem Urbana: A produção dos mapas exploratórios.

(...) a gente foi criada em lugar onde não tinha brinquedo fabricado. Isto porque a gente havia que fabricar os nossos brinquedos: eram boizinhos de osso, bolas de meia, automóveis de lata. Também a gente fazia de conta que sapo é boi de cela e viajava de sapo. Outra era ouvir nas conchas as origens do mundo. Estranhei muito quando mais tarde, precisei de morar na cidade. Na cidade, um dia, contei para minha mãe que vira na Praça um homem montado no cavalo de pedra a mostrar uma faca comprida para o alto. Minha mãe me corrigiu que não era uma faca, era uma espada. E que o homem era um herói da nossa história. Claro que eu não tinha educação de cidade para saber que herói era um homem sentado num cavalo de pedra. Eles eram pessoas antigas da história que algum dia defenderam nossa Pátria. Para mim, aqueles homens em cima de pedra eram sucata. Seriam sucata da história.

Manuel de Barros

Os elementos que se depreendem das lembranças do autor demonstram mais do que simples “construções”, mas todo um arranjo espacial que se configura na produção do espaço. O poeta fala em “sucata da história”, mas poderia muito bem falar em “sucata da geografia”, já que a constituição dos locais, das paisagens e dos territórios funde-se com as dimensões implícitas dos seus diferentes idealizadores e desvelam suas óticas sobre a formação do ser humano e seus interesses para a sociedade.

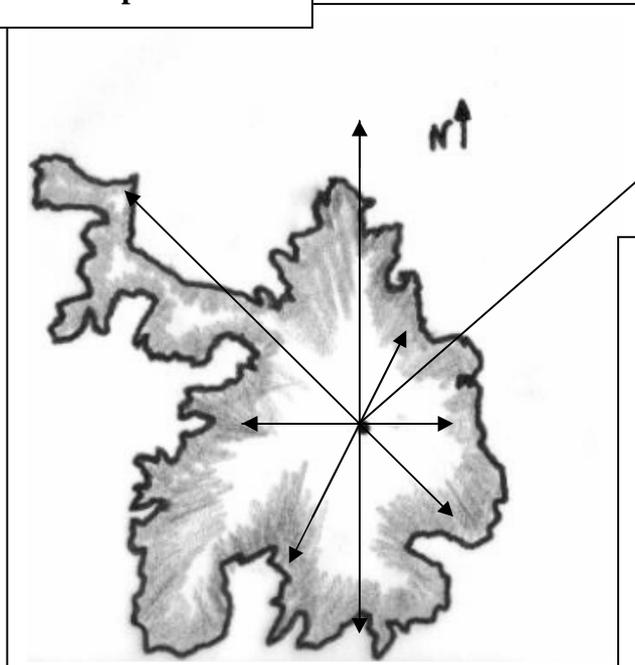
A primeira etapa desse projeto buscou localizar as crianças nas diferentes paisagens urbanas. Para tal lançou-se mão de técnicas da cartografia tradicional, onde foi possível mapear onde as crianças mais vivenciavam suas atividades de crianças, nesses espaços produzidos pelo mundo adulto.

Partindo do centro oficial de cada cidade³ e respeitando seu norte geográfico, traçou-se retas nas direções dos pontos cardeais e colaterais, essas linhas serviram de base para a escolha dos bairros onde ocorreria o trabalho de campo, independente das características sócio-econômicas de seus moradores. O exemplo a seguir, demonstra um esquema que foi aplicado em todas as cidades pesquisadas.

3 Entendemos como “centro oficial” de cada cidade o mesmo considerado pelo poder público local, que necessariamente, não corresponde ao centro geográfico da cidade e seus limites.

**Referências Espaciais para
Localização dos bairros:
esquema geral.**

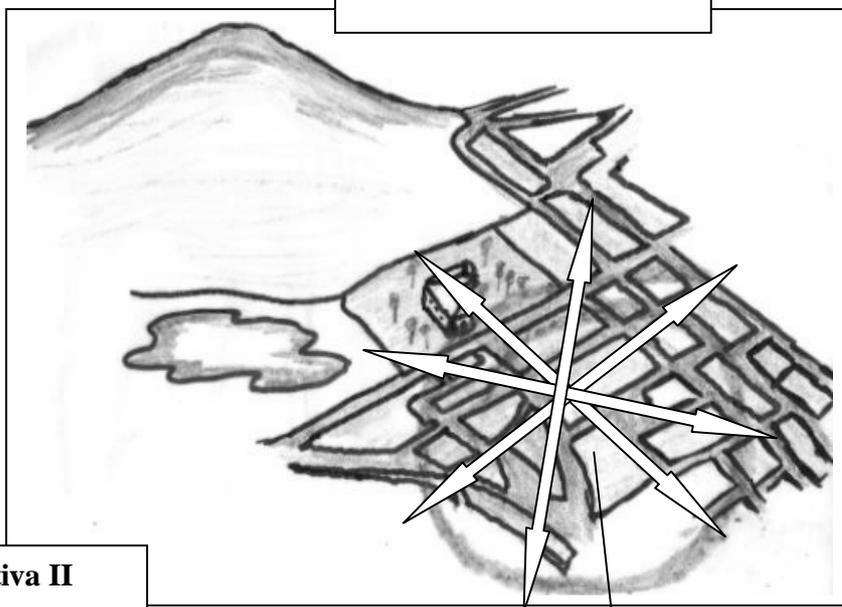
Perspectiva I



Área central

Foram escolhidos pelo menos um bairro na direção de cada ponto cardinal (norte, sul, leste e oeste) e colateral (nordeste, sudeste, sudoeste e noroeste) de acordo com a extensão espacial da cidade. Foi levado em consideração a área do distrito sede e não do município.

Perspectiva II



Área central

Uma vez em campo, ocorreu a observação direta. A utilização de croquis⁴ possibilitou marcar os lugares onde as crianças se encontravam. Buscou-se fazer a observação sem a interferência do pesquisador nos movimentos das crianças, dessa forma não correu diálogo com elas, também não houve a preocupação de diferenciar as suas idades. Foram consideradas crianças sozinhas ou acompanhadas de adultos.

O único critério utilizado para a determinação dos locais que comporiam os mapas finais era de que esses espaços acolhessem as crianças em situação “pausa” e em situação de “atividades de crianças”, isto é, em situações rotineiras que marcam os seus cotidianos.

A idéia de pausa aqui expressa, não nega o movimento das crianças, suas atividades e atitudes frente ao mundo, mas a condição de aproximação com o local, de experimentação do espaço, que na ótica de Tuan (1983), o transformaria em lugar: “Lugar é uma pausa no movimento. (...) a pausa permite que uma localidade se torne um centro reconhecido de valor” (p. 152). Podemos falar assim, em “atividades” que promovem “pausas”, como brincadeiras, conversas, entre outras, que possibilitam a constituição de identidades e de lugares e territórios.

E foi com esse olhar que observamos as crianças. E foi assim que as vimos correndo; brincando de pique; pulando corda; conversando com outras; fazendo alguns jogos de mãos; pulando “elástico”; brincando de personagens da televisão; subindo e descendo dos escorregadores, das cabanas; nadando em praias e piscinas; brincando na areia; estudando; escondendo-se entre árvores; pulando em camas elásticas e em muitas outras atividades.

Os locais de pausa que permitiam todas essas atividades foram sendo cartografados e os mapas ao serem sistematizados desvelam diversos lugares como: as praças, os shopping centers, as ruas dos bairros, os playgrounds dos condomínios fechados, os entornos das escolas, os clubes privados, as praias, as praças de alimentação e muitos outros. Os mapas a seguir foram selecionados para exemplificar esses locais no espaço.

⁴ O termo “croquis” foi importado da língua francesa e significa esboço. Foi apropriado pela geografia brasileira com o mesmo sentido. Nos dicionários aparece como uma palavra já incorporada ao vocabulário, porém grafada de forma diferenciada, o “s” final não existe. Na prática do campo são os primeiros rascunhos do espaço estudado e que serão uma das bases dos mapas a serem confeccionados.

O ponto C corresponde a uma praça situada no centro da cidade, é um amplo espaço, muito arborizado, possui um parque infantil com gangorras, vai-e-vem, uma torre com uma ponte móvel e um escorregador, tudo rodeado por areia. Na praça aparecem muitos vendedores de sorvetes, pipocas, algodão-doce, balões, churros e outros alugando camas elásticas para as crianças pularem por um tempo pré-determinado, alguns brinquedos infláveis também foram observados e são pagos. Há um número significativo de crianças, a maior parte acompanhadas de adultos.

É comum eventos promovidos pelo poder público e outras entidades (privadas, ongs) nessa área, inclusive destinados ao público de menor idade. É comum também a presença de exposições de artefatos que marcam determinadas datas comemorativas ou significativas, como a montagem de casa do “Papai Noel” na época do natal, o que produz uma paisagem de infância efêmera.

O ponto E também é uma praça pública, onde se existem também diversos brinquedos, fica próxima a uma área militar, por isso está exposto nela um tanque do exército. Não possui um número grande de crianças como aparece no ponto C, mas na parte da manhã e à tarde há uma presença significativa das mesmas, ocupando, sobretudo, os brinquedos existentes.

O ponto D corresponde a uma rua de grande movimento, pois está localizado no centro comercial da cidade, inclusive parte dela é fechada, formando um “calçadão”. Nesse aparece um shopping center pequeno, com poucas atividades para as crianças, por isso é comum vê-las acompanhadas de adultos, mas em compras. Somente num dos andares superiores é que existem brinquedos de plásticos (um escorregador e uma casinha), onde foi possível ver crianças em atividades, mas em raras vezes.

A produção dos mapas exploratórios teve como objetivo principal localizar a presença de crianças nas diferentes paisagens das cidades pesquisadas, apresentou diferenças e aproximações entre os três ambientes e permitiu reconhecer espaços que se constituem como territórios de crianças e paisagens de infância, aquelas montadas por determinados agentes e destinadas ao público infantil. Situações mapeadas a partir do olhar dos pesquisadores e servirá de base para a compreensão dos territórios de infância, fase a ser sistematizada na próxima etapa desse projeto.

Referências bibliográficas:

- BARROS, Manuel . **Memórias inventadas: a infância**. Planeta, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004
- HAESBAERT, R.; LIMONADE, Ester. **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ. Revista do Departamento de Geografia. N.1 Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- LEFEBVRE, H. **De L'Etat**. Union Générale, 1978.
- LOPES, Jader Janer M.; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da Infância. Reflexões sobre uma área de pesquisa**. Juiz de Fora: FEME, 2005.
- LOPES, Jader J. M. **Então somos mudantes: espaço, lugar e identidade em crianças migrantes**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação (tese de doutorado), 2003.
- SANTOS, Milton. **Território e dinheiro** in Território. Niterói: UFF/AGB. 2002.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil- território e identidade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2003.
- SARMENTO, M.J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade** in SARMENTO, M.J.; CERISARA, A.B (org). **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004.